

# Livro didático em Braille: algumas questões

**Lucindo Ferreira da Silva Filho**

Resultado de incansáveis gestões do Instituto Benjamin Constant e da Secretaria de Educação Especial do MEC, a elaboração dos livros didáticos em Braille, constante do Programa Nacional do Livro Didático, constitui importante passo na garantia da inclusão do aluno cego na escola regular. Contudo a conquista deste direito básico remete a outros elementos fundamentais na participação do educando cego no processo ensino-aprendizagem e na garantia de que o livro didático em Braille seja uma realidade. Assim nos permitimos aqui cogitar sobre algumas questões:

- 1 - Está o professor do ensino regular preparado para lidar com o livro em Braille?
- 2 - Está a criança cega de classe de alfabetização ou de 1ª série preparada para usar o livro em Braille, sem o apoio de um professor especializado?
- 3 - Está o Código Matemático Unificado suficientemente difundido e ensinado à criança cega, de forma a que esta possa usar o livro de matemática em Braille com sucesso?
- 4 - Elaborar livros didáticos do PNLD em Braille, envolve: adaptação, transcrição, revisão, impressão e distribuição do livro ao aluno. A quem cabe a responsabilidade desta tarefa?

Hoje no Brasil, há dois grandes centros de produção de Braille, um deles o IBC que, em convênio com o FNDE e o apoio executivo da Fundação de Apoio ao Instituto Benjamin Constant (FAIBC), assumiu não só a tarefa de preparar inicialmente 100 títulos de livros didáticos de 1ª a 4ª série, como também vem desenvolvendo ações no sentido de capacitar recursos humanos e de mobilizar e articular estruturas para garantir o livro didático em Braille na mão do aluno. O objetivo parcial que se apresenta é o de garantir que os 322 títulos de livros didáticos de 1ª a 4ª série e que serão válidos até 2003, estejam até o final de 2001 prontos e à disposição dos alunos cegos da rede de ensino regular de todo Brasil; complementa esta proposta, igualmente, preparar os livros de 5ª a 8ª série que serão utilizados no triênio 2002/2004. Acertadamente, vem a SEESP/MEC, nos últimos anos, empreendendo uma política de descentralizar a produção de livros em Braille, através dos CAPs instalados em quase todas as unidades da Federação. Estas estruturas podem assumir parcela importante desta tarefa, mas para que possam efetivamente contribuir, seus técnicos precisam adquirir capacitação adequada; se esta questão não vem sendo negligenciada, falta ainda implantar estrutura de supervisão e apoio técnico que possa acompanhar a maioria dos CAPs na consecução deste trabalho.

Outro aspecto a considerar consiste na compreensão do que venha a ser produzir um livro didático em Braille. No processo de produção do livro didático em Braille, constitui etapa inicial a adaptação do livro às necessidades do educando cego;

neste processo, várias partes do livro (como figuras e exercícios) devem ser explicadas adequadamente. Esta etapa não vem sendo considerada por vários núcleos de produção de livros em Braille, o que muitas vezes deixa o livro transcrito com graves lacunas de compreensão. Outra etapa importante é a transcrição do livro para o Braille; modernamente a existência de alguns programas que auxiliam o processo de transcrição, como o Braille Fácil, Doxburry e outros, criaram a falsa ilusão de que não é necessário saber Braille, ou seja, não é preciso haver transcritor. Neste contexto, temos a figura de um digitador que “transcreve” para o Braille um livro que já não foi adaptado: o resultado final é desastroso. Um bom técnico de transcrição leva aproximadamente três anos para ser formado, tem necessariamente que saber bem o Braille, que conhecer o Código Matemático Unificado, e o Braille Padrão, além de ter bom conhecimento na área da informática. Transcrito, o livro deve passar por duas revisões, etapa importantíssima também negligenciada, seja pelo afã de colocar o livro disponível para o aluno cego, seja pela inexistência, na maioria dos núcleos de produção de Braille, do profissional qualificado.

Superadas as dificuldades anteriormente mencionadas, nos preocupa ainda a questão do uso adequado do livro produzido; sabemos o quanto questões importantes, como a difusão do sistema Braille e o processo de alfabetização da criança cega, ainda não alcançaram o nível de abrangência e qualidade necessárias ou suficientes. Como então acreditar que professores “leigos” podem lidar com sucesso com livros em Braille iguais aos dos demais alunos de classe, no processo de alfabetização e no ensino da matemática e geografia, sem o suporte de orientação adequada? Assim, não basta estar o livro em ótimas condições: é necessário que haja orientação adequada para o seu uso.

Por fim, queremos dizer da importância de se promover uma verdadeira cruzada em todo o país, pela difusão do Braille. A garantia de que o livro didático será uma realidade permanente na educação do aluno cego está diretamente ligada a que tenhamos um efetivo programa de ensino do Braille para professores, pais, comunidade em geral, e competentes programas de formação de adaptadores, transcritores e revisores. Assim, teremos a certeza de que ficará garantido o direito do aluno cego ao livro didático em Braille.